

EM VEZ DE TRAFICANTE, USUÁRIO

Crack, uma outra abordagem

Justiça do Rio concede habeas corpus a acusado de tráfico e diz que droga é 'demonizada'

DANDARA TINOCO
dandara.tinoco@oglobo.com.br

Tinha uma pedra no meio do caminho da Justiça. Um homem indiciado por tráfico depois de ser flagrado com 44,5 gramas de crack foi beneficiado por abordagem incomum — e unânime — dos desembargadores da 7ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Rio no que toca a essa droga e obteve um habeas corpus. Embora a acusação de tráfico não tenha sido retirada, na prática ele foi tratado como usuário na decisão, que descreve o crack como uma substância “amplamente demonizada” e aventa discussão sobre uma nova política de enfrentamento, menos criminalizadora.

O acórdão, do desembargador Joaquim Domingos de Almeida Neto, cita pesquisas científicas para afirmar que a quantidade de droga apreendida deve ser relativizada de acordo com seu efeito, uma vez que usuários já relataram fumar 15 pedras de uma vez e que não há como calcular o tamanho de uma porção. A decisão, assinada em meados do mês passado, afirma que a prisão deve ser considerada exceção como resposta penal. O que por uns é considerado um entendimento inovador e humanizador, para outros é tido como condescendente com a circulação de substâncias ilícitas.

— Hoje, o crack é o assunto mais badalado dentro da temática das drogas, em muitas sentenças são encontradas expressões preconceituosas. Por exemplo, dizer que “a droga é a fonte de todos os males da sociedade” não serve como argumento jurídico para estabelecer sanção penal. É preciso ter fundamentação objetiva, não frases feitas — argumenta o desembargador Almeida Neto. — O crack é muito demonizado e, ao se debruçar sobre a questão, há alguns estereótipos. Por exemplo, que o usuário de crack usa uma pedra e fica alucinado para o resto da vida, viciado em cinco minutos. Quando fui procurar pesquisa científica para tentar entender o tema, verifiquei que conceitos que são repetidos pela sociedade como verdade científica não o são.

RÉU ALEGA TER SIDO PERSEGUIDO

O acórdão revê conversão de prisão em flagrante para prisão preventiva de um réu primário cuja defesa alegou estar sofrendo constrangimento pela 1ª Vara Cível da Comarca de Barra do Pirai. A decisão cita a “Pesquisa Nacional sobre o uso de crack”, da Fundação Oswaldo Cruz, e o artigo “Perfil dos usuários de crack que buscam atendimento em Centros de Atenção Psicossocial”, publicado no periódico “Cadernos de Saúde Pública”, para explicar os efeitos rápidos e intensos do crack. As características indicariam que a quantidade apreendida com o réu poderia ser usada para consumo próprio.

O desembargador Almeida Neto compara a sentença criminal a um quebra-cabeças. Uma vez que o texto da Lei 11.343, de 2006, conhecida como Lei de Drogas, não determina a quantidade de substância que diferencia usuários de traficantes — o que, para ele, é uma solução “bem inteligente” —, cabe ao sistema penal juntar peças como provas tes-



Cena comum. PM prende jovem usuário em ação no Jacarezinho: para desembargador, “confiança que grupos de cuidados levam anos para estabelecer é destruída em minutos”

Acórdão unânime da 7ª Câmara Criminal cita pesquisas científicas ao relativizar os 44,5 gramas apreendidos e diz que prisão deve ser exceção como resposta penal

temunhais e periciais, além de elementos sobre o contexto da prisão e da vida do réu na construção das decisões.

— A dificuldade que se tem, enquanto julgador, é estabelecer a linha entre o uso e o tráfico. É necessário ter cautela para estabelecer essa decisão — defende o relator. — A primeira e mais importante providência é retirar do lugar comum a ideia de que o usuário do crack é a pessoa mais temível do mundo. Na verdade, ele é muito fragilizado, por se tratar de uma droga barata, usada por população de rua. Esse é um usuário de abordagem difícil. A confiança que grupos de cuidados levam anos a fio para estabelecer é destruída em minutos por ações repressivas e midiáticas.

Ex-secretário Nacional de Segurança, o coronel José Vicente da Silva Filho está entre os que discordam dessa visão. Para ele, uma gradação maior nas punições para uso e tráfico — com estabelecimento de penas maiores ou menores de acordo com o grau da infração — evitaria que culpados fossem julgados como inocentes.

— O fato é que droga tem de ser demonizada mesmo. Toda ação da polícia e da Justiça tem de servir como um alerta para a sociedade de maneira geral. Quem está usando droga tem de ser sancionado. Essas atitudes boazinhas em relação a consumidores não ajudam — critica. — O Judiciário está caminhando na direção de atenuar punição para todo tipo de réu, o que tem a ver com o excesso de pessoas dentro

dos presídios. Mas é preferível presídios lotados a ruas lotadas de bandidos.

Um levantamento no TJ-RJ indica que outras decisões recentes estão em sintonia com o acórdão em questão. Semana passada, a 8ª Câmara Criminal reclassificou um delito sentenciado como tráfico para uso o flagrante de duas pessoas com 4,64 gramas de cloridrato de cocaína (substância da qual derivam a cocaína e o crack), 1,46 gramas de crack e 1,07 gramas de maconha. Na decisão, consideraram-se as condições em que a prisão ocorreu e as circunstâncias sociais e pessoais dos envolvidos. Antes, a mesma Câmara Criminal considerou usuário um homem preso em flagrante com 30 gramas de maconha. E outra apelação aceita pela 7ª Câmara Criminal tratava de uma pessoa presa em flagrante ao compartilhar cocaína no interior de um ônibus, tampouco classificada como traficante. A testemunha disse ter sido convidada a “dar um teco”.

DECISÕES DESSA NATUREZA SÃO ESCASSAS

Em instância superior, está em trâmite no Supremo Tribunal Federal (STF) recurso da Defensoria Pública de São Paulo contra a condenação de um presidiário flagrado com maconha numa cadeia em Diadema (SP). A defensoria questiona a constitucionalidade do artigo 28 da Lei 11.343 com o argumento de que fere o direito à intimidade e à vida privada. Não há previsão da entrada do tema em pauta.

Ainda que existam os exemplos, diferentemente do coronel José Vicente da Silva Filho, alguns juristas avaliam que essas decisões são escassas.

— Esse tipo de decisão ainda é minoria, embora venha aumentando. O crack choca muito porque tem havido um aumento no consumo e nos redutos de marginalização. Por isso, muitas vezes, quando se trata da droga, o caso já é visto como tráfico — pondera Breno Melaragno, da Comissão Especial de Estudos do Direito Penal da OAB/RJ e professor da PUC-Rio. — O ideal seria que a Lei de Drogas mantivesse o critério subjetivo, sem preconceitos. Porém, a experiência mostra que, para evitar injustiças, no Brasil, seriam necessários critérios objetivos.

Emílio Figueiredo, advogado e consultor jurídico do site Growroom, que discute a legalização da maconha, é mais enfático:

— Esta é uma decisão correta porque entende que usuário não oferece risco para a sociedade e presume a inocência do réu. A Justiça está percebendo que o superencarceramento é efeito do “punitivismo” contido na política de drogas. Se for prender todo mundo que a polícia encara como traficante, vai faltar cadeia. ●



NA WEB
<http://globo.com/1EH9dTI>
A questão das drogas ainda é um tabu, diz desembargador.
Leia a entrevista completa no site

Acessório ligado a smartphone é capaz de detectar o vírus HIV

Dispositivo mostra resultado em apenas 15 minutos e também diagnostica sífilis

NOVA YORK — Uma equipe de pesquisadores liderada pela Universidade de Columbia, nos EUA, desenvolveu um acessório que, conectado a um smartphone, é capaz de diagnosticar simultaneamente a presença do vírus HIV e da bactéria causadora da sífilis a partir de uma picada no dedo. Em apenas 15 minutos, o dispositivo replica, pela primeira vez, funções semelhantes às de um teste de sangue de laboratório.

O equipamento realiza um método conhecido como ensaio imunossorvente ligado por enzimas (Elisa), que permite a detecção de anticorpos específicos. No dispositivo desenvolvido em

Columbia, os anticorpos seriam anti-HIV e dois que combatem a evolução da sífilis.

O estudo foi publicado na edição de ontem da revista “Science Translational Medicine”. Segundo o chefe da pesquisa, Samuel Sia, professor de Engenharia Biomédica de Columbia, o acessório se conecta facilmente a um smartphone ou a um computador e foi testado recentemente em 96 gestantes em Ruanda. Realizaram-se exames em clínicas de prevenção de transmissão de doenças de mãe para filho.

A equipe desenvolveu um formato em que o usuário ativa mecanicamente, com uma câmera de pressão, uma série de reagentes pré-carregados em fitas descartáveis, possibilitando a identificação de zonas específicas de uma doença. Desta maneira, o dispositivo replica to-



Exame. Usuário pressiona o acessório ligado ao celular para ativar reagentes

das as funções mecânicas, ópticas e eletrônicas de um exame convencional.

Para evitar o uso da bateria do celular, a transmissão de dados do exame é feita a partir

de conectores de áudio, que são padronizados.

Foram necessários apenas 30 minutos para treinar os profissionais de saúde de Ruanda que realizaram os primeiros

testes. Praticamente todos os pacientes (97%) aprovaram o acessório. Entre suas principais vantagens estão a rapidez da transmissão dos resultados e a capacidade de diagnosticar mais de uma doença.

PREÇO ESTIMADO EM US\$ 34

De acordo com Sia, o equipamento poderia fazer o número de mortes relacionadas à sífilis cair a 10% do atual.

— Mostramos que um imunoenensaio de qualidade de laboratório pode ser executado com um acessório de smartphone — celebra Sia. — A integração de um sistema microfluídico com os recentes avanços eletrônicos pode levar diagnóstico a quase toda a população com acesso a esses celulares. Esse recurso pode transformar a maneira como os serviços de saúde são entre-

gues em todo o mundo.

Sia estima que o desenvolvimento do acessório custará US\$ 34, valor muito inferior aos US\$ 18.450 necessários para a fabricação de um equipamento de laboratório.

A equipe de Columbia já havia desenvolvido pesquisas com diagnósticos miniaturizados. Com o novo estudo, o cientista pretende facilitar a detecção de doenças sexualmente transmissíveis.

— Nós sabemos que o diagnóstico precoce e o tratamento de mulheres grávidas podem reduzir significativamente as consequências adversas para as mães e seus bebês — observa. — Estamos realmente empolgados com os próximos passos desse projeto, para trazer este produto para o mercado de países em desenvolvimento. ●

PLANTIO DE MACONHA

Discórdia semeada

Prisões intensificam pedidos de liberação de cultivo caseiro, que é também alvo de críticas

DANDARA TINOCO
dandara.tinoco@oglobo.com.br

Novos ventos sopraram na vida de X. faz quase uma década. Aprovado em um concurso público e usuário de maconha havia dez anos, decidiu que bastavam de situações de risco para ter acesso à erva e deu início a um cultivo doméstico da planta. Hoje, X. — que é policial rodoviário federal — tem 37 anos e sete pés de *Cannabis* florindo em um quarto de cerca de oito metros quadrados de um apartamento na Baixada Fluminense. Três tendas, reatores para lâmpadas, dutos de circulação do ar e pequenos frascos de fertilizantes integram o ambiente, composto ainda por outras dez plantas em recuperação e cerca de 20 mudas. Os números da produção, no entanto, são bem mais modestos, assegura. Discorrendo sobre a jardinagem em minúcias, X. explica que obtém cerca de 25 gramas da droga por semana e afirma que o produto é totalmente voltado para o autoconsumo. Em geral, é criado um cruzamento de *Cannabis sativa* e *Cannabis indica*. A floração ocorre de três em três meses e fungos e outras pragas podem comprometer o resultado do trabalho.

— Quando a polícia faz uma apreensão, muitas vezes, não tem ideia de que parte das plantas é aproveitada — critica, citando episódios recentes de prisões de cultivadores classificados como traficantes. — É um absurdo focarem na parte mais fraca do problema. Deveriam procurar criminosos de verdade.

O discurso do policial — membro da Law Enforcement Against Prohibition (Leap), organização de agentes da lei que se opõem à chamada guerra às drogas — vem sendo repetido na voz de outros adeptos ao plantio e se intensificou este ano, juntamente com o cerco à prática. Há uma semana, foi preso, em Miguel Pereira, no Centro Sul Fluminense, André da Cruz Teixeira Leite, o Cerd, um dos fundadores da banda de rap Cone Crew Diretoria. Enquanto cultivadores apontam injustiça na prisão, afirmando que o músico teria apenas quatro pés de *Cannabis* em casa, a Polícia Civil do Rio argumenta que foram encontrados 1,5 quilo de maconha, triturador da droga, material de endolação e embalagem, além de radiotransmissor. Foi ao menos a quarta prisão do tipo no Estado do Rio, desde janeiro. Em três delas, o flagrante ocorreu depois de denúncias.

— Muito jovens decidiram parar de comprar do tráfico para não sustentar o crime, e há um crescimento do debate acerca da legalização. Setores conservadores, que não querem mudança, estão reagindo — opina o vereador do Rio Renato Cinco (PSOL), um dos organizadores da Marcha da Maconha. Ele aderiu à campanha #LiberdadeaosCultivadores na internet e, em três dias, recebeu quase 14 mil curtidas e dois mil compartilhamentos em um post no Facebook. — A polícia é muito demandada, e escolher esse tipo de prioridade tem a ver apenas com um viés ideológico.

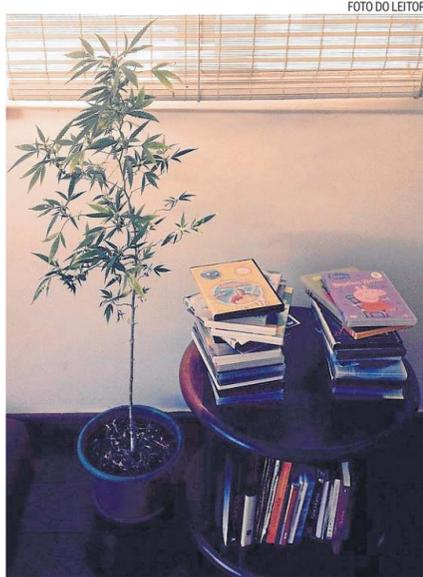
DOBRAM CADASTRADOS EM SITE ESPECIALIZADO

Números dão pistas sobre a popularização do plantio a que o vereador se refere. Em cinco anos, saltaram de 30 mil para 63 mil os inscritos no site Growroom, referência no Brasil em informações sobre cultivo e uso medicinal da *Cannabis*. Assim como o morador da Baixada, o advogado Y., de 40 anos, é um deles. Em uma casa na Região dos Lagos, ele mantém 20 plantas de maconha em flor num quintal, ao lado de pés de amora, figo e acerola, entre outras espécies.

— Sou hiperativo, e a maconha permitiu que eu deixasse de tomar remédios. A lei está errada ao



Em conserva. Maconha de plantas cultivadas na Região dos Lagos: recipientes mantêm erva longe da umidade



Gênese. Morador da Zona Sul iniciou plantio há meses

proibir uma escolha minha. Antes de plantar, a única coisa que fazia com que eu me sentisse mal era chegar numa favela cheia de homens armados e perceber que estava alimentando aquele ciclo vicioso do crime. Com as regras atuais, o Estado garante o monopólio dos traficantes. Nós buscamos uma alternativa a esse mercado, além de nos preocuparmos em consumir um produto com uma qualidade melhor. Por essa escolha, tenho medo todo dia e deixo de dormir — lamenta o advogado, que guarda a produção trimestral em recipientes para manter a erva longe da umidade.

A justificativa é usada também por iniciantes na prática. Um morador da Zona Sul, de 40 anos, também dono de uma casa na Região Serrana do Rio, conta que começou a plantar

há alguns meses, como experiência.

— Quero entender o processo para, no futuro, depender menos do tráfico para fumar. Consumo menos de 25 gramas por semana. Comecei com duas mudas em casa, uma delas secou. A outra tem quatro meses, mas ainda não floriu. É complicado. Você precisa cuidar da planta durante um bom tempo sem saber se vai dar certo. Muitas vezes o trabalho não leva a nada. Plantei também quatro mudas na minha casa na Região Serrana. Lá deu bem mais certo.

Os argumentos dos cultivadores não convencem críticos da legalização, como o coronel da reserva da Polícia Militar José Vicente da Silva Filho, ex-secretário Nacional de Segurança Pública.

— Individualmente, a escolha de plantar maconha pode até ser razoável, mas o poder público tem de pensar na coletividade. As drogas, inclusive a maconha, causam dependência, então são um problema muito sério, que precisa ser regulado. A vida pessoal não pode ir contra interesse coletivo — defende.

O coronel admite que o plantio de *Cannabis* “é menos nefasto que o sistema de tráfico”. Porém, acredita que, havendo uma mudança na Lei de Drogas em favor da prática, a alteração deveria restringir-l-a a entidades que se reportariam ao Estado:

— Sem regulação, a turma do mal pode se aproveitar da situação e se passar por cultivador.

Experiências internacionais recentes de descriminalização do uso de maconha têm aberto espaço para o cultivo doméstico. Na última quinta-feira, a capital americana Washington DC tornou legal a posse de até 56 gramas da erva e o cultivo de até seis plantas em casa. Na mesma semana, o Alasca, também nos EUA, permitiu o porte de 28 gramas da erva e seis pés em casa, e a Jamaica, dois gramas e cinco pés.

No Brasil, de acordo com Lei de Drogas, é usuário quem “para seu consumo pessoal, semeia, cultiva ou colhe plantas destinadas à preparação de pequena quantidade de substância ou

produto capaz de causar dependência física ou psíquica”. Já o traficante “semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas”.

Vice-presidente da Comissão Especial de Estudos do Direito Penal da OAB/RJ, Yuri Sahione diz que a tendência de abertura em outros países pode influenciar o Brasil. No entanto, não beneficiam processos correntes.

— Existe um grande movimento internacional para descriminalizar ao menos o uso. A tendência pode impulsionar algum tipo de mudança ou de proposta legislativa, mas o precedente não pode ser usado em processos já em curso — explica.

Sobre a queixa de cultivadores de que a polícia ignora a quantidade de droga extraída das plantas e, assim, classifica usuários como traficantes, ele faz ponderações:

— A quantidade do princípio ativo não se apresenta como uma variável prevista na legislação. O trabalho da polícia é fazer a apreensão. Caso seja demonstrado por perícia que, daquele total, só se faz o uso de uma pequena parte, isso pode ser um argumento de defesa para desclassificar o crime de tráfico para uso.

SEMENTES SÃO APREENDIDAS PELA RECEITA

Alguns interessados no cultivo se deparam com problemas legais antes mesmo de iniciar a plantação. No ano passado, o Serviço de Controle de Remessas Postais da Alfândega de São Paulo apreendeu 1.762 encomendas com drogas. Delas, 1.027 continham maconha, a grande maioria sementes compradas no exterior. O número representa menos da metade do material interceptado em 2013 (2.299 pacotes com sementes e maconha). A queda é atribuída pela Receita Federal ao trabalho de repressão, que teria inibido novas tentativas. No Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (Galeão), a Seção de Remessas Postais Internacionais da Alfândega apreendeu em 2014 373 encomendas com drogas, 18 com maconha ou skunk, uma variação da erva. No ano anterior, tinham sido apenas sete contendo *Cannabis*.

Diagnosticado com HIV em 2010, o empresário Z., de 37 anos, começou a usar maconha para aliviar efeitos colaterais de antirretrovirais dois anos depois, ao receber prescrição de um médico, em viagem aos Estados Unidos. Disposto a continuar o tratamento no Brasil, decidiu investir no cultivo. Meses mais tarde, ele comprou sementes pela internet, em dois sites estrangeiros. Parte da encomenda chegou. O destino da outra fração ficou conhecido no início do ano passado, ao ser intimado pela Polícia Federal.

— Não sabia o que fazer. Entrei em contato com o Growroom e levei uma série de documentos à Polícia Federal, como laudos médicos e estudos sobre o tema. Devolvi as sementes que chegaram. Há um tempo não fumo, e vários efeitos colaterais, como a insônia, voltaram — conta o empresário. — Sei que fiz algo considerado ilegal. Mas o que penso é que não estou fazendo mal a ninguém e fazendo bem para mim.

Quase um ano depois, ele aguarda ser intimado novamente:

— Passei a tomar remédio para dormir. É difícil não saber o que vai acontecer. A qualquer momento, um juiz pode definir que eu sou traficante. Sinto revolta ao pensar que a polícia está prendendo justamente as pessoas que estão tentando combater o tráfico. ●

Em crescimento.

Plantas de policial que diz cultivar maconha para se manter longe do tráfico



DROGAS, UM NOVO OLHAR

Reduzindo danos

Publicação lista projetos que tiveram bons resultados ao inovar na abordagem aos usuários

DANDARA TINOCO
dandara.tinoco@oglobo.com.br

“O usuário precisa primeiro estar vivo, para depois pensar em parar”, declara, pragmático, Rafael West, gerente geral de Políticas Sobre Drogas do Atitude. West se refere a um dos fundamentos do projeto pernambucano, que acolhe pessoas que usam crack em situação de violência, sem exigir delas a abstenção. Sua afirmação também expressa a orientação de uma série de iniciativas que buscam novas abordagens para o tema drogas no país. Dez delas são apresentadas na publicação “Políticas de Drogas no Brasil: a mudança já começou”, que será lançada hoje pelo Igarapé, instituto dedicado às agendas de segurança e desenvolvimento. Ao reunir ações desenvolvidas em São Paulo, Rio, Bahia e Pernambuco, a organização pretende mostrar que, na prática, inovações já são adotadas no país e apresentam bons resultados, ainda que o debate sobre o assunto continue polarizado.

— Há uma desconexão entre política e prática. Embora ainda existam reticências no meio político em enfrentar o tema, na prática, as pessoas buscam soluções. Quando as emergências são gritantes, não dá para esperar — opina Ilona Szabó, diretora-executiva do Igarapé. — Procuramos políticas que rompessem paradigmas e fossem alinhadas com o conceito de redução de danos. Em sentido restrito, reduzir danos é aceitar que algumas pessoas não podem parar de usar drogas, o que não torna impossível melhorar a saúde delas. Mas trazemos uma perspectiva mais ampla, com a redução de danos causados pela própria política de drogas, que hoje tem consequências negativas relacionadas à violência, à questão prisional e à marginalização da juventude, por exemplo.

Elencado entre as dez experiências, o Atitude foi criado em 2011 numa tentativa de diminuir altos índices de violência associados ao consumo abusivo de crack. O foco prioritário do programa são usuários ameaçados de morte, com problemas na Justiça, moradores de rua. A eles são oferecidos, em diferentes etapas, desde banho até aluguel social de R\$ 600, passando por oficinas educativas. Cerca de 600 são atendidos por dia pelo programa.

— Na nossa avaliação, o usuário em Recife morre mais por problemas de violência do que por saúde. Notamos uma redução de cerca de 10% dos homicídios nos territórios de atuação do Atitude, com trabalho integrado com a segurança pública — diz West.

O gerente geral do Atitude aponta como importante característica do projeto a baixa exigência em relação aos usuários. Ao impor menos condições para que pessoas sejam atendidas — abandonar o consumo não é uma delas —, o projeto aumenta a adesão, explica. A lógica é aplicada também pelo Centro de Estudos e Terapia de Abuso de Drogas (Cetad), ligado à Universidade Federal da Bahia (UFBA). Fundado em 1985, o projeto iniciou seus trabalhos com troca de seringas e distribuição de preservativos para usuários de drogas injetáveis, uma maneira de tentar conter o avanço do HIV nesse grupo. Em seu projeto mais recente, o Pontos de Cidadania, usuários de álcool e substâncias ilícitas têm acesso a contêineres com chuveiros e



Oficinas para conter violência. Projeto Atitude, de Pernambuco, acolhe usuários de crack em situação de risco. Projeto calcula ter reduzido homicídios em 10% nas áreas onde atua

Experiências

As 10 iniciativas listadas

ATITUDE. Governo do Estado de Pernambuco.

CENTRO DE CONVIVÊNCIA É DE LEI. ONG, São Paulo.

CENTRO DE ESTUDOS E TERAPIA DE ABUSO DE DROGAS. UFBA.

COMISSÃO GLOBAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS. Internacional.

PROGRAMA CRACK, ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS. Fiocruz.

DE BRAÇOS ABERTOS. Prefeitura de São Paulo.

REDE DE ATENDIMENTO DE SAÚDE MENTAL. Prefeitura de São Bernardo do Campo (SP).

REDE PENSE LIVRE. Brasil.

RESPIRE. ONG, São Paulo.

SEGUNDA CHANCE. ONG AfroReggae, Rio e São Paulo.

salas para atendimento individual.

— Ao longo dos anos, observamos que o banho e a troca de roupa facilita o contato dos usuários com a sociedade em geral. Eles vivem em uma situação de vulnerabilidade tão grande, que a sujeira dificulta o acesso ao sistema de proteção social. É uma intervenção de baixíssima exigência, uma vez que nós nos aproximamos do território deles — conta o psiquiatra George Hamilton Gusmão Soares, coordenador geral do Cetad.

FINANCIAMENTO É PROBLEMA

No ano passado, o centro, que também tem serviço ambulatorial, atendeu a oito mil pessoas. Completando 30 anos, o projeto tem, entre os principais obstáculos para sua continuidade, dificuldades de financiamento, afirma Soares. O problema se repete em outros programas listados pela publicação do Igarapé. A especialista em segurança e política de drogas do instituto Ana Paula Pellegrino explica que, ao lado da estigmatização, o custo é o principal desafio dos programas:

— Um problema é consequência do outro. Com a estigmatização do tema, se torna muito difícil conseguir financiamento, porque, muitas vezes, os financiadores não entendem o conceito de redução de danos e o que é aceitar que há pessoas que não vão deixar o uso em nenhum momento.

Embora grande parte das ações apresentadas seja de pequeno e médio porte, a publicação também traz tentativas de ações integradas entre diferentes esferas de governo. É o caso do De Braços Abertos, lançado em janeiro de 2014. O projeto é resultado da integração entre diversas



DANIELA DACORSO

Fiocruz. Netto diz que o tema exige dados

secretarias municipais de São Paulo, como Saúde, Segurança Urbana, Trabalho e Empreendedorismo e Assistência e Desenvolvimento Social, e vinculado ao programa federal Crack, é Possível Vencer. O objetivo é resgatar socialmente usuários com a oferta de trabalho remunerado, alimentação e moradia. Em um ano, calcula ter reduzido em 80% o fluxo de pessoas consumindo drogas na região da Luz, a popular Cracolândia. Segundo a Polícia Militar, entre 2013 e 2014, roubos de veículo na área caíram 80%, e furto a pessoas, 33%. Já são 453 os cadastrados.

— O indivíduo que está nessa situação precisa de atenção integral. No programa, os beneficiários têm acompanhamento social, uma vez que às vezes estão sem do-

cumentos ou com problemas na Justiça. E também problemas de saúde, não só ligados ao vício, mas oriundos de tuberculose, sífilis ou má dentição. O papel do trabalho é fundamental, no sentido de fazer uma pactuação de troca — enumera a secretária municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo, Luciana Terner. — A região da Luz tem uma questão de segurança complicada, e uma unidade móvel do Crack, é Possível Vencer monitora a presença de traficantes.

As iniciativas listadas por “Políticas de Drogas no Brasil” não se limitam a atendimento. Entre as experiências, está o Crack, Álcool e Outras Drogas, programa criado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) para agregar atividades de pesquisa que já eram desenvolvidas pela instituição, mas de forma dispersa, como explica o coordenador Francisco Inácio Bastos, um dos responsáveis pela “Pesquisa Nacional sobre o uso de crack”, referência no tema:

— O programa possibilitou integrar diferentes profissionais e propostas, e abordar a questão na sua complexidade e múltiplas interfaces. Tínhamos, por exemplo, uma vigorosa interface com o campo das doenças infecciosas, pois esta é a tradição da instituição, mas pouco ou mesmo nada em outras áreas vitais, como a questão dos acidentes de trânsito.

— Há demanda de diversos setores da sociedade de que tenhamos uma maior densidade de pesquisa, evidências, fundamentações e dados, para um debate mais sério e responsável sobre álcool e drogas, que não seja calcado em posicionamentos morais ou arraigados culturalmente — completa Francisco Netto, assessor do programa. ●

Verba atrasada causa suspensão de aulas do Pronatec

Escolas não recebem repasses do governo desde novembro do ano passado

EDUARDO VANINI
eduardo.vanini@oglobo.com.br

Atrasos no repasse de verbas do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) já causam interrupção nas aulas ministradas em escolas particulares. As unidades estão sem receber os valores referentes à manutenção dos cursos feito em parcelas mensais desde novembro do ano passado. O ministério da Educação (MEC) informou que já está providenci-

ando os pagamentos.

De acordo com a presidente da Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), Amábilis Pacios, todas as instituições que oferecem os cursos pelo programa estão enfrentando a situação.

— Está tudo muito confuso. O governo pagou a parcela referente a outubro só em fevereiro deste ano. Novembro e dezembro seguem em aberto, enquanto janeiro, fevereiro e março não têm qualquer notícia — relata, sobre as parcelas que deveriam ser pagas em até 45 dias.

Segundo ela, algumas instituições chegaram a pegar empréstimos, mas outras não conseguem mais arcar com os gastos. Além disso, diante do quadro de

incerteza, há unidades que deixaram de abrir novas vagas.

— Vamos fazer uma reunião com todas as empresas no próximo dia 8, em Brasília, para debater a situação. Em seguida, vamos buscar uma cobrança no âmbito judicial — afirma. — Tememos que essas unidades comecem a perder a saúde financeira por terem acreditado no programa.

No Centro de Educação Profissional Futura, em Guarapuava, no Paraná, as dez turmas de quatro cursos do Pronatec somam 220 alunos e estão com as aulas suspensas desde o último dia 23.

— Tínhamos um repasse médio mensal de R\$ 85 mil. Recebemos apenas a parcela de outubro, no mês de fevereiro. So-

mando tudo, os atrasos já passamos de R\$ 200 mil. Dependemos dessa verba para pagar professores e cobrir nossos gastos — relata o diretor do centro, Marcos Aurélio de Mattos, que relatou que o Ministério da Educação não responde a e-mails enviados e não dá previsão de quando a situação será normalizada.

No Facentro, em Porto Alegre, onde 200 alunos compõem as turmas de Logística, as aulas ainda não foram suspensas. Mas o diretor da unidade, Rui Ramos, acredita que situação não se sustentará por muito tempo.

— Por enquanto, estamos bancando professores e material didático com nossos próprios recursos. Mas conseguiremos

continuar assim por apenas mais alguns meses — avalia o diretor da escola, que recebia um repasse mensal de aproximadamente R\$ 30 mil.

Já o Senai afirmou que não teve problemas e que os repasses estão sendo feitos de acordo com os prazos estabelecidos.

Por meio de nota, o MEC informou ter liberado em fevereiro R\$ 119 milhões para pagamento das mensalidades das instituições privadas. Semana passada, a pasta liberou cerca de R\$ 200 milhões referentes ao repasse de mais duas mensalidades. Os procedimentos de pagamento estão em tramitação e as instituições já podem consultar os valores. Segundo o órgão, os repasses vão regular o fluxo. ●

Opinião

AMPLIAÇÃO

ELUCIDATIVA A tabulação feita pelo GLOBO com dados da Pnad/IBGE segundo a qual professores do ensino público básico já recebem salários, em média, superiores aos pagos na rede particular.

ENFIM, CHEGA a hora de se melhorar a qualidade da agenda de debates sobre a Educação, monopolizada pela questão salarial do professorado. Há muito mais a discutir, além de salários.